

**Prefeitura Municipal da Estância Turística de  
São José do Barreiro – SP**

**Rua José Bento Teixeira, 45 - centro**

**Tel : (012) 577.1288 – Fax (012) 577.1183**

CGC n.º 45.200.623/0001 - 46

**LEI N.º 012 DE 18 DE JUNHO DE 2001**

**“ Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a  
ações sócio-educativas, e determina outras providências - “Bolsa  
Escola “**

Marco Antonio de Oliveira Santos, Prefeito Municipal de São José do Barreiro, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Faz Saber, que a Câmara Municipal de São José do Barreiro, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Artigo 1.º :- Fica instituído, no âmbito deste município, o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas.**

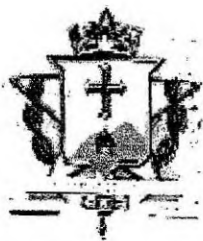
**§ 1.º São beneficiários do programa instituído por esta Lei as famílias com renda familiar per capita até noventa reais mensais, que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e quinze anos, matriculados em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento.**

**§ 2.º Para fins do parágrafo anterior, considera-se:**

**I – família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo Domestico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros;**

**II – para enquadramento na faixa etária, a idade da criança, em número de anos completados até o primeiro dia do ano no qual se dará a participação financeira da União;**  
**e**

**III – para determinação da renda familiar per capita a soma dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família dividida pelo número de seus membros.**



Prefeitura Municipal da Estância Turística de  
São José do Barreiro – SP

Rua José Bento Teixeira, 45 - centro

Tel : (012) 577.1288 – Fax (012) 577.1183

CGC n.º 45.200.623/0001 - 46

§ 3.º O Poder Executivo poderá reajustar o limite de renda per capita fixado no § 1.º, desde que atendidas todas as famílias compreendidas na faixa original

Art. 2.º - O Programa instituído por esta Lei tem como objetivo incentivar a permanências das crianças beneficiárias na rede escolar de ensino fundamental, por meio de ações sócio-educativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar ao das aulas.

§ 1.º - O Poder Executivo definirá as ações específicas a serem desenvolvidas ou patrocinadas pela municipalidade para atendimento dos objetivos do programa.

§ 2.º - As despesas decorrentes do disposto no parágrafo anterior correrão à conta dos orçamentos dos órgãos encarregados de sua implementação.

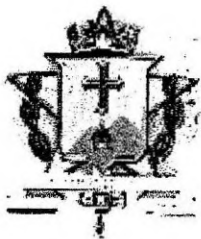
Art. 3.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar a adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – “ Bolsa – Escola “, instituído pelo Governo Federal.

§ 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a assumir, perante a União, as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes da adesão ao referido programa.

§ 2.º - Compete à Diretoria Municipal de Educação desempenhar as funções de responsabilidade do Município em decorrência da adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – “ Bolsa-Escola “.

Art. 4.º - Fica instituído o conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima com as seguintes competências:

- I – acompanhar e avaliar execução das ações definidas na forma do § 1.º do art. 2.º.
- II – aprovar a relação de famílias cadastradas pelo Poder Executivo municipal como beneficiárias do programa;
- III – aprovar os relatórios trimestrais de frequência escolar das crianças beneficiárias;
- IV – estimular a participação comunitária no controle da execução do programa no âmbito municipal;



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de  
São José do Barreiro – SP**

**Rua José Bento Teixeira, 45 - centro**

**Tel : (012) 577.1288 – Fax (012) 577.1183**

CGC n.º 45.200.623/0001 - 46

V – desempenhar as funções reservadas no Regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima – “Bolsa Escola”;

VI – elaborar, aprovar e modificar o seu regimento interno; e

VII – exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

§ 1.º - O conselho instituído nos termos deste artigo terá 5 membros, nomeados pelo Chefe do poder Executivo, por indicação das seguintes entidades.

I – 01 representante da Rede Municipal da Educação

II - 01 representante de Pais de Alunos

III - 01 representante da Pastoral da Criança

IV - 01 representante do Legislativo

V - 01 membro do Setor de Assistência Social

§ 1.º - A participação no Conselho instituído nos termos deste artigo não será remunerada, ressalvado o ressarcimento das despesas necessárias à participação nas reuniões.

§ 2.º - É assegurado ao Conselho de que trata este artigo o acesso a toda a documentação necessária ao exercício de suas competências.

Artigo 5.º:- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São José do Barreiro, 18 de junho de 2001.

**Marco Antonio de Oliveira Santos**

**Prefeito Municipal**

Publicada no Paço Municipal na data supra.

**Antonio Gonçalves**

**Assistente Administrativo**